

# Observações sobre a estratégia do crescimento soviético e a economia socialista

George R. Feiwel \*

1. Introdução; 2. Fins e meios.

## 1. Introdução

A estratégia da industrialização soviética adotou uma seqüência de estágios menos ortodoxa, concentrando-se no crescimento das indústrias de bens de capital a que se confiou o papel de liderar o desenvolvimento. Surgiu como antípoda da seqüência ortodoxa. Na grande discussão que precedeu ao lançamento da industrialização forçada, os defensores da ortodoxia argumentavam que o estágio inicial do desenvolvimento deveria visar a expandir a agricultura e as indústrias que processam bens agrícolas. Embora o preço de realizar tal objetivo fosse o da desaceleração temporária da taxa de crescimento, a indústria pesada não deveria ser desenvolvida a não ser em estágios mais avançados. O argumento em prol da primazia do desenvolvimento agrícola, dadas as condições vigentes em 1920, estribava-se na premissa de que as exportações agrícolas constituem meio menos dispendioso de alcançar taxas mais altas de desenvolvimento, nos estágios mais avançados, que dirigir,

\* Da Universidade de Tennessee.

desde logo, para o setor industrial, o máximo do capital. O investimento no setor agrícola é, em geral, mais lucrativo, colhendo-se-lhe os frutos em lapso de tempo bem mais curto.

Durante a reconstrução as despesas para manter a capacidade intacta ou para expandi-la ligeiramente são diminutas e os retornos altos e rápidos em todos os setores, ao passo que, na indústria pesada, acréscimos substanciais a capacidade existente ou o acondicionamento de instalações obsoletas exigem recursos maiores e períodos de gestação mais prolongados que os requeridos pela indústria leve. No outro extremo do espectro de opiniões levantadas estavam as que davam primazia ao desenvolvimento da indústria pesada e ao financiamento do crescimento industrial absorvendo os meios necessários ao setor privado através de trocas sem contrapartida equivalente. A defesa desse ponto de vista baseava-se em toda uma gama de motivos econômicos (que incluíam a complementaridade, a indivisibilidade e os investimentos maciços exigidos pela indústria pesada) assim como em razões políticas e estratégicas. Foi essa a opinião que prevaleceu, embora os defensores de ambas as correntes tenham caído em desgraça e sido perseguidos.

A estratégia desenvolvimentista adotada salientava o papel estratégico da trajetória do crescimento dos setores “promotores do desenvolvimento” — os efeitos do esforço da superindustrialização orientada antes de tudo para a construção da indústria pesada e potencial defensivo associados às transformações políticas e sociais ocasionadas pela rápida expansão da classe trabalhadora como base política de sustentação do sistema. O grau de prioridade concedido na prática à indústria pesada (ou a esse ou aquele setor dessas indústrias) variou conforme os ventos, soprados pelas transformações da política e economia. Recentemente, é visível a inclinação para estreitar a faixa entre as taxas de crescimento dos setores de bens de produção e consumo.

A rapidez, como as características estruturais das mudanças, sofreram imposições. Entre outras podemos citar os limites que contém a liberdade de manobrar a repartição percentual do produto nacional entre os diversos setores e a medida em que a utilização da “mais valia” (ou “produto excedente” na nova terminologia) mediante trocas sem contrapartida equivalente exigida pelo financiamento de acumulações de capital restringe a liberdade de manobrar (ou a extensão da margem de manobra) e a taxa de poupança (renda intemporal), pondo em cheque os planos grandiosos através dos efeitos “intoleráveis” sobre a produtividade.

Embora com perigo de simplificar exageradamente, é lícito afirmar que os líderes do regime soviético, pelo menos até os anos iniciais da década dos 30, estavam obsecados pelo imperativo de uma taxa de industrialização super rápida com uma taxa forçada de crescimento dos investimentos que se avantajava ao da renda nacional, maximizando o produto físico a qualquer custo. O bem-estar do consumidor subordinava-se a esse fim. Considerava-se o consumo uma limitação aos objetivos colimados.

Ao alcançar uma taxa acelerada de industrialização, virtualmente sem precedentes, os soviéticos levaram a taxa de crescimento da produção de bens de capital até o limite suportável pela população. Nesse processo, os líderes sacrificavam o desenvolvimento agrícola, desprezavam as indústrias de bens de consumo, não davam grande atenção à habitação (com todos os efeitos adversos sobre a produtividade e bem-estar) induzindo um crescimento marcadamente desequilibrado da economia em geral e dos vários ramos da indústria, passavam por cima da eficiência econômica e ignoravam a flexibilidade do ajustamento da produção às necessidades dos usuários e dos consumidores finais. Investindo predominantemente no crescimento de ramos selecionados das indústrias pesadas, os líderes soviéticos canalizavam uma tremenda proporção de material e recursos humanos para áreas de alta prioridade, provocando tensões e desproporções mediante superinvestimentos nos setores escolhidos desacompanhados de investimentos simultâneos em indústrias e setores complementares da economia. À medida que se desdobrava o estrondoso e turbulento programa de industrialização, a alta taxa de crescimento era obtida, principalmente, pelo desenvolvimento extensivo e exploração da força de trabalho e recursos naturais, sendo a maximização do produto a tarefa de importância capital considerando-se a economia dos recursos uma limitação. A economia dispunha de recursos naturais e de força de trabalho relativamente abundantes que podiam ser explorados livremente. A vantagem de ser um país mais atrasado permitiu-lhes importar extensivamente tecnologia dos países mais desenvolvidos.<sup>1</sup>

Referindo-se ao período de 1929 a 1940, o economista conservador polonês Branislaw Mince afirma que à luz da experiência da industrialização soviética pode-se concluir que o programa realmente imple-

<sup>1</sup> Feiwel, G. *Soviet quest for economic efficiency*. New York, 1966. Especialmente cap. 1 e 2. Cf. Dobb, M. *Soviet economic development since 1917*. New York, 1968. A Erlich in M. Milikan (ex.) *National Economic Planning*, New York, 1967. 233 p.

mentado foi o da maximização das forças produtivas da nação (principalmente o potencial industrial). As medidas favoreciam a maximização do produto da indústria pesada, inclusive a produção de armamentos. O desenvolvimento soviético baseava-se no que Mince denomina de modelo expansionista (crescimento pelo crescimento) em contraste com o crescimento orientado para o consumo.

A característica do modelo expansionista é a participação crescente do investimento na renda nacional com proporção ascendente desses investimentos canalizada para o setor de bens de produção, principalmente indústrias de longo período de maturação. O rápido crescimento econômico expansivo é alcançado mediante congelamento, queda ou elevação desprezível dos salários reais.<sup>2</sup> Há semelhanças marcantes na experiência da industrialização de outros países que adotaram o modelo soviético depois da II Guerra Mundial.

Stalin formulou “a lei do desenvolvimento equilibrado (proporcional) da economia nacional”. São várias as interpretações que se pode dar a essa lei. Provavelmente pode ser reduzida à simples afirmação de que, como resultado da nacionalização dos meios de produção, os planejadores acham-se livres para predeterminar as proporções que devem ser mantidas. No entanto, nada se diz sobre quais as proporções corretas, com que precisão são determinadas e, acima de tudo, que critérios são usados para determiná-los e avaliá-los. Conforme as circunstâncias, a “lei” era utilizada, quer para salientar que os planejadores tinham grande liberdade de movimento para manipular a relação investimento-consumo e a distribuição dos investimentos ou que se baseavam de mais ou de menos nas “forças automáticas” e limitações objetivas sem um estudo profundo da “lei”. No entanto, não se formulava nenhum critério para saber se a “lei” tinha ou não sido violada. Faltava especificação das proporções, vale dizer, nada se dizia acerca de quais deveriam ser as proporções a serem mantidas entre os setores.

Não se estipulava nenhuma regra para traduzir essas proporções em relações quantitativas.

Segundo o nêstor dos economistas soviéticos, o acadêmico Strumilin, “a lei pode ser traduzida na regra de que em condições de reprodução expansiva, a taxa de crescimento da produção dos meios de produção deve necessariamente, segundo o plano, ultrapassar o crescimento da produção de bens de consumo”.<sup>3</sup> O preceito também pode ser reafirmado

<sup>2</sup> Mince, B. *The soviet model of industrialization (1929-1940)*. *Ekonomista*, n. 5, p. 1172-9, 1967.

<sup>3</sup> Strumilin. *Socialist mode of production*. Trad. do russo. *Ekonomista*, n. 2, p. 243, 1959.

como estipulando a regra de que a condição que garante o crescimento sustentável (acelerado) do sistema econômico em seu todo é que o crescimento da formação bruta de capital deve ser sempre superior ao do Produto Interno Bruto, vale dizer, a participação relativa dos investimentos no produto total deve aumentar continuamente ou então a formação de capital deve elevar-se mais rapidamente que o consumo. O preceito parece implicar que a participação sempre crescente dos investimentos brutos no produto nacional bruto levará, eventualmente, a um ponto em que *coeteris paribus* o investimento passaria a ter a parte do leão no total da produção.<sup>4</sup>

“Os imperativos categóricos” do modelo de desenvolvimento soviético e a regra da estratégia foram reafirmados em várias ocasiões, cambiando-se a ênfase, conforme a conveniência ou para justificar as políticas (perseguidas).<sup>5</sup> Isso não significa que não se possa encontrar na literatura soviética algumas variações sobre o tema da lei do crescimento preferencial. Interessa observar que o *Voprosy ekonomiki* publicou críticas a artigos “heréticos” que punham em dúvida a lei do crescimento preferencial, submetidos à redação mas que nunca foram publicados. Pode-se encontrar certas intromissões do “revisionismo” até mesmo nessa cidadela da ortodoxia. O eminente economista matemático soviético Vainshtein, argumentou que a hipótese do *coeteris paribus*, implícita na formulação do preceito, é im procedente, entre outras coisas, em virtude dos efeitos adversos da queda do padrão de consumo sobre a produtividade.<sup>6</sup>

Stremilin admite que, a respeito da questão de se estabelecer as proporções entre os dois setores, a teoria soviética não oferece senão uma regra concreta para a formulação da lei econômica da predominância, isto é, a que se refere ao crescimento mais rápido da produção de bens de capital, não estipulando, porém, nenhuma orientação sobre quanto esse setor deve avantajarse ao dos bens de consumo para garantir as proporções ótimas em cada fase do desenvolvimento econômico.<sup>7</sup>

<sup>4</sup> Nesse caso, outrossim, a taxa de crescimento do produto nacional tende a aproximar-se da inversa do valor do coeficiente do capital.

<sup>5</sup> Ver Feiwel, G. *Soviet quest.* p. 320 e seg.

<sup>6</sup> Vainshtein, A. L. *Economica i matematicheskie metody*, n. 1, p. 25-8, 1967.

<sup>7</sup> Segundo dados fornecidos pelo Departamento Soviético de Estatísticas, a participação dos bens de consumo (Setor B) no produto industrial agregado caiu de 60,5% em 1928 para 42% em 1938, 32,5% em 1948 e 28,4% em 1958. No período 1928-1958 a participação dos bens de consumo no produto industrial total caiu de cerca de 32%. Se nos próximos 30 anos continuassem a ocorrer quedas da mesma magnitude, desapareceria a produção de bens de consumo (menos 4,1%) o que, efetivamente, é um paradoxo. (Ver Strumilin. *On the question of optimum proportions.* *Ekonomista*, n. 5, p. 1088, 1962.

A proposição dogmática de que as dinâmicas do progresso tecnológico conduzem a um aumento da composição orgânica do capital (maior intensidade do capital na função produção) e que implica inevitavelmente um crescimento mais rápido dos setores que produzem bens de capital foi refutada por uma análise profunda do Prof. Michael Kalecki. Aqui, como em outros campos, Kalecki nos fornece muita luz intelectual. O progresso técnico pode poupar capital, utilizar capital ou ser neutro. É a peculiaridade de cada tipo de progresso tecnológico que é decisiva para determinar o ritmo relativo do crescimento dos setores de bens de consumo e de produção. Por exemplo, o crescimento dos investimentos à mesma taxa que a do produto nacional. A expansão da reprodução a uma taxa constante não requer necessariamente que o crescimento dos investimentos seja superior ao do produto nacional.

Em sua "resposta ao camarada Pashkov" (que lhe criticava a heterodoxia) e que teve ampla publicidade, afirmou Mince que a regra do crescimento da produção dos fatores à taxa mais rápida que a dos bens de consumo não é uma lei universal da reprodução expandida, senão uma tendência que prevalece em certos períodos históricos como, por exemplo, em ocasiões em que a mão-de-obra é substituída pela máquina mas nunca em períodos em que a tendência predominante é a automação ou a substituição de máquinas menos avançadas por equipamentos mais sofisticados, ou então numa economia fechada. A relação entre os setores I e II depende dos seguintes fatores: a) natureza do progresso tecnológico; b) taxa de acumulação; c) participação do comércio exterior (vale dizer, abandono da hipótese de economia fechada e da estrutura do comércio exterior, relação entre importação e exportação de bens de produção e consumo).<sup>8</sup>

O dogma da prioridade da indústria pesada encontrou defensores entre os principais economistas marxistas do Ocidente. Por exemplo, o saudoso Prof. P. Baran, tinha-o por postulado para que se alcançasse uma alta e rápida taxa de crescimento econômico. Sustentava que:

"Grandes investimentos nas indústrias de bens de produção equivalem a altas taxas de crescimento sustentável durante todo o período

\* Mince, B. Problems of the theory of socialist reproduction. *Ekonomista*, n. 5, p. 13-60, 1956. On the growth of production of producer goods and consumer goods. *Ekonomista*, n. 2, p. 297-311, 1959. *Political economy of socialism* (Em polonês). Varsóvia, 1963. Cap. 8. Ver Lange. *The theory of reproduction and accumulation*, p. 48 e seg. Por igual, W. Sadowski argumentou que o preceito do crescimento preferencial dos bens de produção não constitui uma lei invariável da reprodução expandida, embora, em condições específicas, talvez seja justificável adotá-lo. (Proportions between Sector I and III of Social Production. *Ekonomista*, n. 6, p. 26-38, 1956 e Acceleration of long term growth in the socialist economy. *Ekonomista*, n. 4, p. 787-812, 1961, em que Sadowski reconhece sua dívida para com Halecki).

do planejamento. Conseqüentemente, programas orientados para o desenvolvimento econômico, via indústria de bens de consumo, implicam, automaticamente, não apenas investimentos iniciais menores senão também taxas posteriores de crescimento muito mais baixas.”<sup>9</sup>

M. H. Dobb apresentou uma soberba racionalização do dogma e de alguns aspectos do modelo de desenvolvimento soviético.

“A proposição de que, *coeteris paribus*, a taxa do crescimento potencial futuro será tanto mais alta quanto maior a proporção do investimento corrente dedicado a expandir a capacidade produtiva das indústrias de bens de capital, afigurou-se sempre”, prova Dobb, “bastante óbvia para admitir qualquer dúvida.”

Na suposição de que o comércio internacional é completamente livre, com uma alta elasticidade da demanda, não teria muita importância se um país perseguisse uma trajetória de desenvolvimento, quer se concentrando na produção de aço estrutural e máquinas, quer através da produção indireta. Mas não era essa a situação vigente na União Soviética nos anos da industrialização acelerada. Nem é a que ocorre hoje em dia, na maioria dos países em desenvolvimento. A capacidade de exportar acha-se limitada por uma baixa elasticidade da demanda. Acresce que, entre outros motivos, se os salários não podem ser ainda mais reduzidos, quer por motivos sociais, quer por razões atinentes à eficiência e incentivo do trabalho, talvez seja impossível expandir o emprego e produto na indústria de bens de capital a uma taxa mais rápida que a da dos bens de consumo (na hipótese de plena capacidade e ausência de mudanças tecnológicas de caráter poupador de mão-de-obra suficientemente alto). Acresce que “à medida que o setor de bens de produção se expande, a proporção do investimento líquido anual orientado para ele deverá crescer progressivamente para incrementar ainda mais a taxa de crescimento. Chegará o momento em que se terá de moderar o tratamento preferencial dado a este setor”.

Dobb apresenta duas opções principais. Na primeira modalidade a alocação dos investimentos entre os setores fica estabilizada no nível existente. Nesse caso, o setor dos bens de produção continuará a crescer por um certo período a uma taxa decrescente mas superior à do produto total e do setor de bens de consumo. Como, eventualmente, a taxa de crescimento do setor de bens de consumo acelerar-se-á, chegará o período em que expandir-se-ão na mesma proporção. A outra modalidade postula

• Baran, P. *The political economy of growth*. New York, Monthly Review Press, 1957. p. 284.

que se dê prioridade aos investimentos em bens de consumo (às expensas da indústria pesada), a fim de elevar o consumo. Nesse caso, porém, o crescimento do produto total declinará.

Argumenta Dobb que desde meados da década dos 50 pouco mais ou menos, a União Soviética experimentou um período de transição caracterizado pela primeira modalidade, mostrando taxas de crescimento dos setores de bens de consumo e de produção muito próximas umas das outras, com tendência nos últimos anos a reduzir o ritmo de crescimento. Importa advertir que, em princípio, ainda se continua a dar prioridade à indústria pesada. Há indicações de que surge uma tendência a favor da segunda modalidade. Todavia, considera Dobb pouco provável que essa segunda modalidade continue a ser a preferida, visto que não seriam alcançados aumentos drásticos do consumo a não ser mediante corte na taxa do crescimento total exceto se fosse contrabalançado por mudanças tecnológicas. Provavelmente, abstraindo-se a possibilidade de guerra, a União Soviética, nas próximas duas décadas, adotará estratégia próxima à primeira modalidade.<sup>10</sup>

## 2. Fins e meios

Para compreender os princípios operacionais de um sistema econômico, cumpre, inicialmente, considerá-lo os objetivos — vale dizer — o que está tentando realizar. Em que pese o objetivo confessado do estado soviético ser uma economia socialista que, segundo definição tradicional dos livros-textos significa organização econômica com propriedade pública dos meios de produção, que funciona de sorte a alcançar o máximo bem-estar social possível, na realidade a economia soviética não é uma economia democrática do bem-estar social. É uma economia autoritária orientada para *objetivos políticos*.

Esses são dois: o primeiro é fazer que o país ocupe a posição de uma das nações industriais líderes do mundo. O segundo é obter base econômica que garanta defesa nacional eficiente numa idade de guerra industrializada.<sup>11</sup> Os sacrifícios exigidos da população eram de tal magnitude que o governo soviético teve por inexequível procurar obter apoio popular para sua política, implementando-a através de um severo autoritarismo. É provável que, tivessem outras técnicas de políticas econô-

<sup>10</sup> Dobb. *Papers on capitalism, development and planning*. New York, International Publishers, 1967. p. 110-6.

<sup>11</sup> Lange. *The working principles of the Soviet economy*. New York, 1944, p. 6-7.



micas sido eleitas, talvez os mesmos objetivos houvessem sido alcançados com custos econômicos bem menores e sacrifícios bem mais suportáveis.<sup>12</sup>

Dados os objetivos econômicos, não se segue que haja apenas uma única maneira de realizá-los (ou seja que, no caso, não haveria problemas de escolha de alternativas) nem que se deveria ter a política eleita por ser a única alternativa eficiente e exequível.

A impressionante taxa de desenvolvimento alcançada pelos soviéticos, no passado, não é, em si mesma, prova de superioridade de seu sistema de planejamento e estratégia de desenvolvimento. Uma das questões é saber se a taxa de crescimento não teria sido mais elevada caso se tivesse procurado outra trajetória para a estratégia do desenvolvimento ou se se tivesse optado por outra alternativa exequível para a distribuição dos recursos. Não é lícito supor que as alternativas desprezadas sejam necessariamente inferiores às adotadas. Há, claramente, duas questões distintas envolvidas no caso: a) os fins e objetivos; b) os meios utilizados para obtê-los.

Um sinal das mudanças, de conseqüências de longo alcance, que estão ocorrendo nas economias de planejamento centralizado da Europa Oriental, é que a designação de "economia do tipo soviético" já não pode mais ser usada em relação a um grande número de soluções e planos de alocação de recursos utilizados por elas. Ao passo que, de acordo com a tradição, a economia planejada contrapunha-se à economia de mercado na doutrina oficial. Embora não se tenha levado, na prática, a extinção do mercado a seu ponto extremo, houve, a partir de meados da década dos 50, uma evolução no sentido de encontrar várias soluções que levassem em maior consideração as forças do mercado. Ganham respeito várias modalidades de combinação entre o planejamento central e mecanismos descentralizados para determinar a produção corrente e até mesmo a formação de capital (decisões acerca da escolha de técnicas). O reconhecimento de que, ao implementar os objetivos da liderança, a economia socialista pode funcionar sob diferentes planos é fundamental para os movimentos reformistas.

A economia socialista implica um sistema em que o estado é o grande proprietário dos meios de produção ou em que um grande setor de propriedade do estado controla os postos de comando da economia.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Ibidem. p. 8-9.

<sup>13</sup> Ver Lange. *On the political economy of socialism*. Der Haag, p. 11-2.

A propriedade estatal dos meios de produção é tida por condição para o planejamento econômico, isto é, planejamento da taxa de acumulação e dos investimentos básicos que determinam a direção do desenvolvimento econômico, planejamento da repartição da renda nacional e planejamento da produção que garantirá coordenação dos vários setores da economia nacional e desenvolvimento harmônico.<sup>14</sup>

Admite-se, contudo, que a propriedade "social" abre apenas uma oportunidade, não garante, automaticamente, o uso racional dos meios de produção, nem predetermina univocamente a maneira de operar a economia coletivista.

Alguns escritores põem em dúvida se a economia socialista significa propriedade social dos meios de produção. Não se sabe, de antemão, se a produção deve ser coletiva ou repartida em pequenas organizações. Embora se considere a propriedade coletiva dos meios de produção por expressar os objetivos do socialismo, o Prof. Tinbergen argumenta não ser isso necessário. Aponta que os objetivos do socialismo são mais profundos; representam o máximo de felicidade para o povo, o que está precisamente expresso na função do bem-estar social. A questão de quem deve ser o proprietário de que meios de produção faz parte do problema da ordem ótima em que o direito de propriedade é uma das instituições, uma das incógnitas do problema.<sup>15</sup>

Dobb contesta que, embora as modernas discussões sobre o socialismo "tenham tendido a transferir o foco da definição da propriedade para a equidade social", ainda assim considera a quinta essência da economia socialista como não sendo a propriedade social dos meios de produção representaria ruptura com a tradição do pensamento socialista, tal como herdada dos séculos passados, enquanto fonte de inspiração para a construção da sociedade socialista.<sup>16</sup>

As definições acima do socialismo não impedem a adoção de várias formas ou combinações de formas de propriedade social (estatal, soluções cooperativistas, coletivismo de trabalhadores, etc.). Há lugar para

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> Tinbergen. The significance of welfare economics for socialism. On political economy and econometrics *Essays in honour of Oskar Lange*. Varsovia, 1964. p. 593-4. Ver também Lerner, A. P. *Economics of control* New York, 1949.

<sup>16</sup> Dobb. *Welfare economics* 123. Ver Landauer, C. A. *European socialism*. Berkeley, 1959. v. 1, p. 5 e seg. e Wiles, P. J. D. *Political economy of communism*. Cap. 1.

vários planos (planejamento indicativo, imperativo, ultracentralizado, burocrático, etc.).<sup>17</sup>

A própria racionalidade da economia socialista depende da avaliação da escala adotada. Por exemplo, se a impressionante taxa de crescimento soviético for avaliada, tendo-se por padrão de valor o grau em que as preferências do consumidor foram antecipadas, o desempenho econômico do Leste europeu e dos soviéticos, na medida em que o bem-estar do consumidor foi desprezado e suas preferências sobre a repartição entre o consumo presente e futuro violadas, foi extremamente fraco.

Todavia, é possível erigir argumentação para provar que não eram esses os objetivos dos líderes do regime. Segue-se que a conformidade com as preferências do consumidor não é critério apropriado para avaliar o desempenho econômico dos soviéticos e do Leste europeu. Tomando, por outro lado, as preferências dos planejadores por padrão de valor, pode-se indagar até que ponto foram alcançados os objetivos da atividade econômica, sem ter em conta o que achamos da natureza deles.

Se o objetivo supremo da rápida expansão econômica é visualizado, de uma posição favorável às preferências do planejador, pode-se tomá-lo por ser uma magnitude que aceita vários graus de aproximação. Nossa escala de valores não é mais aquela das preferências do consumidor, mas, abstraindo-nos de questões em grande parte filosóficas, políticas e sociais acerca da natureza dos objetivos finais, limitamo-nos a identificar, formular e expressar, em termos quantitativos, as finalidades promulgadas ou reveladas das atividades econômicas.<sup>18</sup> Assumindo essa posição favorável, as magnitudes relevantes não são apenas as taxas de crescimento observáveis ou anunciadas, mas as que seriam alcançadas, quer em termos da aproximação obtida das preferências do planejador, quer

<sup>17</sup> Ibid. p. 125. Ver também Lange. *Political economy of socialism*. Lange concebia que para que o caráter socialista da propriedade dos meios de produção não passasse de ficção, cumpria que as empresas socialistas fossem organizações de trabalhadores autogovernáveis que atuassem como guardiães dos interesses sociais. Dois extremos põem em perigo o caráter socialista propriamente dito: a) ausência de uma tutela do sistema público, que faria com que a propriedade se tornasse uma propriedade de um puro grupo despidido de qualquer responsabilidade para com os interesses sociais gerais (que denominava de "sindicalismo anárquico"); b) ausência de um autogoverno dos trabalhadores (degenerescência burocrática) p. 13.

<sup>18</sup> O problema, que nem sempre é concebido com clareza, foi formulado, lucidamente, por Schumpeter em trecho que muito merece repetir-se:

"A teoria econômica está desenvolvendo, lentamente, os instrumentos mentais de que havemos mister para racionalizar o planejamento e ensinar aos que planejam o que lhes cumpre fazer e evitar por alcançar determinados objetivos. Dizer que a teoria pura não apresenta interesse na prática é tão irracional como afirmar que a mecânica pura não interessa ao construtor das máquinas desejadas. Os objetivos em si mesmos, vale dizer, o tipo de sociedade ou cultura que desejamos, esses cabe-nos a nós eleger. Nenhuma ciência pode fazer mais que desejamos." (*History of economic analysis*. New York, Oxford University Press, 1954. p. 1145.

em termos de oportunidades perdidas. Se nos ativermos ao padrão das preferências do planejador, podemos argumentar que o desempenho é menos impressionante do que parece desde que provemos que o sistema não utilizou os recursos da maneira mais adequada para alcançar os objetivos colimados ou que podiam ser melhor utilizados se fossem escolhidas outras estratégias de desenvolvimento ou outros planos. É particularmente difícil quantificar o significado dessa afirmação. Não quer isso dizer que as comparações internacionais (com todas as suas imprecisões) não dêem informações valiosas nem que um estudo que avalie, digamos, o desempenho da economia soviética e do bem-estar do consumidor, em termos dos objetivos professados pela economia socialista formulados nos (inevitavelmente um tanto vagos) pronunciamentos dos clássicos do marxismo-leninismo, sejam irrelevantes.

Recapitulando, do ponto de vista do economista, as questões pertinentes, entre outras, são: quais as conseqüências prováveis que se depreendem dos objetivos escolhidos e dos meios de alcançá-los? Poderiam os objetivos colimados ser alcançados com custos mais baixos ou, o que não é a mesma coisa, com os mesmos custos mas com uma maior aproximação? Quais as outras estratégias possíveis para promover o crescimento econômico? Quais os outros mecanismos econômicos e não-econômicos que poderiam realizá-lo?

Os objetivos propostos podem ser alcançados com vários graus de aproximação, com modalidades mais ou menos numerosas que visem solução "ótima" com maior ou menor eficiência, ou, antes, com vários graus de ineficiências. Um sistema que em *qualquer* ponto do tempo utilize plenamente suas possibilidades, na melhor maneira possível, pode, ainda assim, ser, no longo prazo, inferior a um outro que não se comporte desse modo. Isto porque não utilizar plenamente as possibilidades, em todos os momentos, pode ser a condição para aplinar ou apressar o desempenho a longo prazo.<sup>19</sup> Todavia, a erradicação, ou até a correção parcial das causas da ineficiência, pode constituir um fato significativo do crescimento econômico.

Entre as muitas causas de ineficiência da economia soviética podemos destacar neste trabalho a desdenhosa rejeição do instrumento analítico da administração econômica e da teoria econômica moderna adotadas, freqüentemente de maneira extemporânea sob a pressão dos acontecimentos. Efetivamente, as suspeitas ideológicas, os preconceitos acerca da economia burguesa inibiram os governos dos países socialistas

<sup>19</sup> Schumpeter. *Capitalism, socialism and democracy*. New York, 1947. p. 83.

a utilizar em proveito próprio algumas das técnicas da economia ocidental da forma como utilizavam os progressos de tecnologia industrial desses países.<sup>20</sup>

Há sinais encorajadores, porém. Os socialistas devem estar preparados para rever os dogmas que professam à luz dos novos progressos científicos. Obviamente, essas revisões encontrarão resistência por parte de certos grupos, quer por motivos ideológicos e dogmas, quer em virtude de contrariar interesses constituídos ou pôr em perigo posições que se desejam manter.

Não aceitar os novos resultados da pesquisa científica significa doutrinação e recusa a aprender e, portanto, recusa a progredir em direção da solução ótima.<sup>21</sup>

Ainda hoje a União Soviética deve ser considerada país dotado de vastos recursos naturais e humanos. Não é a insuficiência de recursos (como muitos economistas soviéticos procuram sustentar, apontando especialmente para a escassez de mão-de-obra) mas a falta de lucidez, coragem e a má vontade em aproveitar o capital intelectual acumulado que constituem o problema básico. A liderança compõe-se de homens desprovidos de imaginação e conservadores que não reagem senão vagarosamente a uma situação que se deteriora e que revelam preferências marcantes para aplicar remédios antiquados e recorrer com timidez a meias medidas, de preferência a iniciar mudanças radicais.

<sup>20</sup> Lange, Oskar. *On the working principles of the soviet economy*. New York, 1944. p. 8-10.

<sup>21</sup> Tinbergen, J. *The significance of welfare economics for socialism*. In: *On political economy and econometrics. Essays in honour of Oskar Lange*. p. 591-2.

É vasto o programa editorial da Unesco. No Brasil, esse valioso acervo de obras, versando sobre aspectos variados das atividades culturais, educacionais e científicas do homem, encontra-se à sua disposição na Fundação Getúlio Vargas, através de sua Editora, de suas livrarias ou de seus revendedores autorizados em todo o País.

Qualquer que seja o seu campo de atividade, solicite o catálogo de obras da Unesco a qualquer uma das nossas livrarias ou a um dos nossos agentes de vendas autorizados.

#### LIVRARIAS:

Praia de Botafogo, 188  
Caixa Postal, 21.120  
Rio de Janeiro, GB

Avenida Graça Aranha, 26  
Lojas C e H  
Rio de Janeiro, GB

Super Quadra 104 — Bloco A  
Loja 11  
Brasília, DF

Avenida Nove de Julho, 2 029  
Caixa Postal, 5 534  
São Paulo, SP

#### AGENTES AUTORIZADOS:

Dilertec  
Distribuidora de Livros e Revistas  
Ltda.  
Rua Coelho Rodrigues, 1244  
Teresina — PI

Ceará — Ciência e Cultura  
Rua Edgard Borges, 89  
Fortaleza, CE

Organização Sulina de Representações  
Av. Borges de Medeiros, 1 030  
Porto Alegre, RS

Catavento — Distribuidora de Livros  
Ltda.  
Rua Conselheiro Ramalho, 928  
Tel.: 36-5642  
São Paulo, SP

Fornecedora de Publicações Técnicas  
M. M. de Oliveira Marques  
Av. Ipiranga, 200 — Loja 40  
São Paulo, SP

Livraria Martins  
Av. Campos Sales, 171  
Belém, PA

Lunardelli Representações  
Livraria Universitária  
Rua Vítor Meireles, 23-A  
Florianópolis, SC

Centro do Livro Brasileiro  
Rua Rodrigues Sampaio, 30-B  
Lisboa, Portugal

Agência Van Damme  
Rua Goitacazes, 103,s/1310  
Belo Horizonte, MG

Livraria Ghignone  
Rua Quinze de Novembro, 423  
Curitiba, PR

Livraria Civilização  
Brasileira S.A.  
Rua Padre Vieira, 9  
Salvador, BA

M. Inojosa  
Av. Dantas Barreto, 564  
Sala 901  
Recife, PE

Livraria J.C.  
Rua Nina Rodrigues, 33-B  
São Luiz, MA

Praia Grande Distribuidora  
Rua Tiradentes, 71  
Loja 2  
Ingá  
Niterói, RJ

Ou pelo reembolso postal. Pedidos para a Editora da Fundação Getúlio Vargas. Praia de Botafogo, 188, C.P. 21 120, ZC-05, Rio de Janeiro, GB.